

Prefeitura do Rio quer uma reforma tributária

O município do Rio de Janeiro deverá fechar o ano sem déficit orçamentário, mas em 1982 a situação deverá se tornar mais problemática, com um déficit previsto de Cr\$ 33 bilhões, segundo o secretário estadual de Fazenda, Paulo César Catalano.

— Temos esperança — afirma o secretário — de que algo seja feito pelo Governo Federal em relação à atual legislação tributária. Não se pode esquecer nunca a reforma tributária de 1966, que apesar de ter trazido excelentes inovações, sacrificou por demais todos os municípios do Brasil, especialmente as capitais dos grandes Estados.

Para Catalano, a reforma tributária de 1966 teve um caráter altamente concentrador de recursos.

— A reforma serviu — explica Catalano — para concentrar nas mãos do Governo Federal um imenso poder político, reunindo todos os recursos na sua esfera e distribuindo migalhas para os já sacrificados municípios.

Segundo o secretário municipal de Fazenda, a dívida assumida pelo município, no exterior, para cobrir suas necessidades financeiras, — o empréstimo de US\$ 150 milhões, obtido, em 1979, pelo então prefeito Israel Klabin —, vem crescendo, ano a ano, em termos de cruzeiros. Na época, os US\$ 150 milhões correspondiam a cerca de Cr\$ 7 bilhões, mas este ano só a

título de juros a Prefeitura pagou cerca de Cr\$ 2 bilhões.

Paulo Cesar Catalano reconhece que, embora o orçamento esteja fechando com equilíbrio, nos últimos anos, a situação financeira não deixa de ser apertada, acarretando freqüentes cortes de investimentos e um processo de endividamento, com inevitáveis repercussões de curto e médio prazo.

Até o último dia de outubro, o Rio já havia arrecadado os Cr\$ 37 bilhões previstos para os doze meses do ano. Assim, segundo, Paulo Cesar Catalano, pode-se esperar que, nos próximos dois meses do ano, o município venha a arrecadar os Cr\$ 14 bilhões que faltam para cobrir o déficit previsto no orçamento deste ano.

As Obrigações Reajustáveis do Tesouro Municipal se apresentam, segundo ele, como um importante instrumento para enfrentar o difícil quadro financeiro do município no ano que vem.

A minuta da lei já está concluída e deverá ser aprovada pela Câmara de Vereadores nos próximos dias.

— A idéia inicial — disse Catalano — é lançar dez milhões de obrigações no correr do ano, o que deverá representar uma receita adicional de Cr\$ 13 bilhões no mínimo. As obrigações terão o mesmo valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — Cr\$ 1300 —, mas serão reajustáveis.